



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008005-40.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **RAFAEL CARNEIRO**  
Requerido: **Sony Ericsson Mobile Communications do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que adquiriu um aparelho de telefone celular fabricado pela ré, o qual dentro da garantia apresentou problema de funcionamento que culminou com sua troca por um outro por parte da mesma.

Alegou ainda que esse novo aparelho veio sem o suporte do cartão, de sorte que sua utilização ficou impossível.

Como a situação não foi resolvida, almeja à restituição do montante despendido pelo bem.

A ré em contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.

Assim, não negou que o aparelho enviado ao autor em substituição ao anterior não podia ser usado por falta de peça, bem como que não conseguiu solucionar essa pendência em trinta dias.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Como se não bastasse, sequer se pronunciou sobre o documento de fl. 04 que elenca todos os protocolos de contatos havidos entre as partes a respeito dos fatos trazidos à colação.

A ré tinha plenas condições técnicas para comprovar que os conteúdos desses contatos não foram os declinados pelo autor, mas como silenciou a propósito fica reforçada a ideia de que os fatos se passaram tal como lá acenado, inclusive com a devolução do aparelho já implementada.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Restou satisfatoriamente demonstrado que por responsabilidade exclusiva da ré o autor ficou privado da utilização de seu produto por mais de trinta dias, de sorte que se aplica a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Ressalvo, por oportuno, que em momento algum o autor postulou o ressarcimento de danos morais e em consequência as ponderações exaradas sobre o tema pela ré deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.499,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2013 (época da compra do produto), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.  
P.R.I.

São Carlos, 18 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**